

Conselho de Ética recomenda cassação de 13 em 2006

Em 2006, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar continuou absorvendo o impacto das denúncias que envolveram parlamentares em escândalos e abalaram a credibilidade do Congresso Nacional. Apenas nove dias depois de concluir o julgamento do último deputado envolvido no escândalo do “mensalão”, em 13 de junho, o Conselho assistiu à instalação da CPMI das Sanguessugas, destinada a investigar o envolvimento de parlamentares na máfia das ambulâncias. Se o processo anterior colocara o conselho na condição inédita de ter de julgar 26 representações simultâneas, entre elas a de um ex-presidente da Câmara, o caso desencadeado pela investigação da Polícia Federal de manipulação de recursos da saúde resultou na abertura de 69 processos na Câmara dos Deputados.

Às vésperas das eleições, a sociedade exigia uma resposta do Congresso sobre os escândalos. E, apesar da campanha e do fim da Legislatura, o conselho conseguiu votar 24 representações, sendo 11 relacionadas ao mensalão, 12 ligadas aos sanguessugas e uma por ofensa ao presidente da República. Nesse período, foram realizadas 28 oitivas de deputados representados (11) e de testemunhas (17) num total de 48 reuniões. O Conselho recomendou, só este ano, a cassação de 13 deputados envolvidos nos dois casos.

Consolidação da democracia

O saldo, na avaliação do presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), não se mede, no entanto, no número de condenações pelo conselho. Para ele, os julgamentos foram decisões difíceis que marcam um momento triste para os políticos e para o Congresso. Na avaliação de Izar, ao final desse longo processo que colocou o Congresso em xeque perante a opinião pública, a democracia saiu fortalecida. “A Câmara e a democracia ganharam porque foram confrontadas por suas mazelas e as instituições enfrentaram esse debate de forma transparente e aberta”, argumenta Izar.

Reforma do Conselho

A experiência intensa nos dois processos mostrou aos membros do Conselho que sua estrutura e, principalmente, seus instrumentos são insuficientes para fazer frente às suas atribuições. Izar cita como exemplo a falta de poder para obrigar as testemunhas a depor e para quebrar sigilo bancário e telefônico dos envolvidos. Até o dia 31 de janeiro, quando encerra seu mandato à frente do Conselho, O presidente pretende apresentar à Mesa Diretora um projeto de reforma do regulamento de funcionamento do órgão. Para coordenar esse trabalho, foi designado o deputado Nelson Trad (PMDB-MS), que compartilha a avaliação positiva de Izar. Para Trad, o Conselho de Ética ganhou substância e conferiu ao Congresso legitimidade.

Mensalão leva 19 deputados para o Conselho de Ética

Graças à autoconvocação do Congresso em janeiro, o Conselho pôde dar prosseguimento ao processos do chamado mensalão já nos primeiros dias do ano. Dos 15 processos instaurados* a partir da denúncia de que deputados estariam recebendo ajuda financeira para votar a favor dos projetos de interesse do governo, em junho de 2005, onze foram concluídos em 2006. Neste ano foram recomendadas as cassações de nove mandatos (no processo todo foram 12): deputados Wanderval Santos (PL-SP); Roberto Brant (PFL-MG); Professor Luizinho (PT-SP); Pedro Corrêa (PP-PE); João Magno (PT-MG); João Paulo Cunha (PT-SP); José Mentor (PT-SP); Josias Gomes (PT-BA); e José Janene (PP-PR). Dois deputados foram absolvidos nesse período: Pedro Henry (PP-MT) e Vadão Gomes (PP-SP). A deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) foi suspensa do Conselho por ter dançado no plenário após a votação do processo que absolveu o deputado João Magno.

As decisões do plenário que contrariaram recomendação do Conselho pela cassação de deputados levaram um grupo de parlamentares a pedir a renúncia coletiva como forma de protesto. O

presidente do Conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), embora solidário com a indignação dos conselheiros, apelou aos colegas que ficassem, mas só obteve sucesso junto a um parlamentar. Em abril são oficializadas as renúncias dos deputados Orlando Fantazzini (Psol-SP), Júlio Delgado (PPS-MG), Benedito de Lira (PP-AL), César Schirmer (PMDB-RS) e Chico Alencar (Psol-RJ).

A rigor, a maioria do plenário só se manifestou contra a recomendação do conselho em quatro votações: dos deputados João Magno, Roberto Brant, Professor Luizinho e Romeu Queiroz. Nas demais, não foram atingidas as maiorias absolutas exigidas pela Constituição para a perda do mandato (veja placar). No caso do ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha, ocasião em que se verificou o quórum mais elevado, faltou apenas um voto para que o parecer do conselho fosse confirmado.

- Dos 26 processos relacionados ao episódio mensalão, sete resultaram da disputa entre os partidos e foram considerados ineptos. Outros quatro parlamentares não chegaram a ser julgados porque renunciaram.

RESULTADO FINAL DO “MENSALÃO”

Representado	Parecer do Conselho	Placar no Conselho	Resultado no Plenário
Vadão Gomes (PP-SP)	Absolvição	9 a 1 (1 branco)	243 sim x 161 não (arquivado)
Josias Gomes (PT-BA)	Cassação	10 a 1	228 sim x 190 não (arquivado)
José Mentor (PT-SP)	Cassação	9 a 4	241 sim x 190 não (arquivado)
João Paulo Cunha (PT-SP)	Cassação	9 a 5	256 sim x 209 não (arquivado)
João Magno (PT-MG)	Cassação	10 a 3	201 sim x 207 não (arquivado)
Wanderval Santos (PL-SP)	Cassação	13 a 3	(arquivado)
Pedro Corrêa (PP-PE)	Cassação	11 a 3	261 sim x 166 não (mandato cassado)
Pedro Henry (PP-MT)	Absolvição	9 a 5	255 sim x 176 não (arquivado)
Roberto Brant (PFL-MG)	Cassação	7 a 7 (voto minerva do presidente do conselho a favor do relatório)	156 sim x 283 não (arquivado)
Prof. Luizinho (PT-SP)	Cassação	9 a 5	183 sim x 253 não (arquivado)
Romeu Queiroz (PTB-MG)	Cassação	12 a 2	162 sim x 250 não (arquivado)

Representado	Parecer do Conselho	Placar no Conselho	Resultado no Plenário
Sandro Mabel (PL-GO)	Absolvição	14 a 0	340 sim x 108 não (arquivado)
José Dirceu (PT-SP)	Cassação	13 a 1	293 sim x 192 não (mandato cassado)
Roberto Jefferson (PTB-RJ)	Cassação	14 a 0	313 sim a 156 não (mandato cassado)
José Janene (PP-PR)	Cassação	12 a 0	210 sim x 128 não (arquivado)
José Borba (PMDB-PR)	RENUNCIOU		NÃO FOI REELEITO
Paulo Rocha (PT-PA)	RENUNCIOU		FOI REELEITO
Valdemar Costa Neto (PL-SP)	RENUNCIOU		FOI REELEITO
Carlos Rodrigues (PL-RJ)	RENUNCIOU		NÃO FOI REELEITO

Escândalo das sanguessugas envolve 69 deputados

Ao escândalo do mensalão, seguiu-se a revelação, a partir de uma investigação da Polícia Federal, do envolvimento de parlamentares na máfia que manipulava emendas da saúde para a venda superfaturada de ambulâncias. A chamada máfia das sanguessugas foi objeto de uma CPI que, no calor da disputa eleitoral e pressionada pela mídia, apresentou relatório preliminar incriminando 72 parlamentares, sendo 69 deputados e 3 senadores.

A Câmara recebeu a representação em 15 de agosto e, no dia 22, o Conselho de Ética começou a analisar a denúncia.

O presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), decidiu pedir o desmembramento da representação em 69 processos. Antes de abertas as representações, dois deputados renunciaram: Coriolano Sales (PFL-BA) e Marcelino Fraga (PMDB-ES). Izar decidiu também criar nove subcomissões para permitir que os membros do conselho se dividissem e fosse possível acompanhar, nos poucos meses antes do fim do ano, os depoimentos das testemunhas arroladas.

Em pleno período eleitoral e próximo do fim da Legislatura, o Conselho teve de se desdobrar para conseguir analisar tantos processos. Foi aprovada mudança no regimento do Conselho para permitir que cada membro relatasse mais de uma representação ao mesmo tempo. Com apoio da Mesa Diretora, foi criada uma força tarefa de 27 consultores legislativos e de orçamento.

Dificuldades

Além das dificuldades regimentais, o Conselho de Ética enfrentou a resistência dos representados. Primeiro para receber as notificações, que precisaram ser publicadas em alguns casos. Depois, com as manobras protelatórias, apresentando atestados médicos ou simplesmente comunicando que não compareceriam para as oitivas.

Outro problema verificado foi a falta de cuidado da CPMI, que incriminou dezenas de deputados sem ao menos examinar as provas e sem promover quebras de sigilos bancários necessários para se comprovar o envolvimento no esquema. Dos 69 parlamentares envolvidos, apenas cinco conseguiram se reeleger. Muitos perderam a eleição, acredita Izar, injustamente.

Também concorreu para atrasar a análise dos processos a renúncia de vários membros do conselho, o que exigia a redistribuição das relatorias e o conseqüente cancelamento das oitivas. No total, nove deputados deixaram o conselho depois de instaurados os processos.

Resultado

Apesar de toda dificuldade, o Conselho conseguiu concluir a votação de 12 processos. Foram recomendadas as cassações dos mandatos dos deputados Lino Rossi (PP-MT), Nilton Capixaba (PTB-RO), Cabo Júlio (PMDB-MG) e José Divino (s. Part.-RJ). Como os relatórios não poderão ser submetidos ao plenário, com o fim da sessão legislativa, o presidente do conselho encaminhará os pareceres dessas quatro representações à Procuradoria Geral da República, assim com os pareceres entregues até 31 de janeiro que concluírem pela culpa dos representados. Embora absolvido, o deputado Pedro Henry, que foi reeleito, deverá ter seu parecer submetido ao plenário na próxima Legislatura. Veja os outros resultados na tabela abaixo.

<i>Representado</i>	<i>Parecer</i>	<i>Votação no Conselho</i>
Celcita Pinheiro (PFL-MT)	Absolvição	8 sim x 1 não
João Correia (PMDB-AC)	Absolvição	11 sim x 1 não
Laura Carneiro (PFL-RJ)	Inépcia	11 sim x 0 não
Wellington Roberto (PL-PB)	Inépcia	11 sim x 0 não
Wellington Fagundes (PL-MT)	Inépcia	10 sim x 0 não
Lino Rossi (PP-MT)	Cassação	11 sim x 0 não
Pedro Henry (PP-MT)	Absolvição	8 sim x 0 não
Cabo Júlio (PMDB-MG)	Cassação	9 sim x 0 não
Nilton Capixaba (PTB-RO)	Cassação	8 sim x 0 não (1 abstenção)
Marcondes Gadelha (PSB-PB)	Inépcia	11 sim x 0 não
Érico Ribeiro	Absolvição	10 sim x 0 não (1 abstenção)
José Divino	Cassação	8 sim x 0 não

NÚMEROS DE REUNIÕES REALIZADAS PELO CONSELHO DE ÉTICA:

2003 - 6 REUNIÕES;
2004 - 7 REUNIÕES;
2005 - 91 REUNIÕES;
2006 - 47 REUNIÕES

REPRESENTAÇÕES ABERTAS NO CONSELHO DE ÉTICA DESDE A SUA CRIAÇÃO, EM OUTUBRO DE 2001:

Ano Representações

2001 1*
2004 1
2005 26**
2006(até14/12) 71***

* Em agosto de 2001, foi aberta representação junto à Comissão de Direitos Humanos contra o deputado José Aleksandro (PSL-AC) por apologia ao crime e ajuda na fuga do irmão da cadeia. Criado o Conselho de Ética em outubro, o processo passou a ser o primeiro a ser analisado no novo órgão. Relatório pela censura ao deputado do deputado José Roberto Battochio (PDT-SP) foi rejeitado e o presidente, deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), chegou a anunciar que o voto vencedor havia sido pela cassação. A polêmica não foi deliberada e o caso foi arquivado com o final da Legislatura.

** O primeiro caso efetivamente concluído no Conselho foi do deputado André Luiz, acusado de tentar extorquir R\$ 4 milhões do empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O processo só foi concluído em maio de 2005, com a aprovação pelo plenário do parecer do deputado Gustavo Fruet (PMDB-PR) pela cassação. Um mês depois estoura o escândalo do mensalão. Quatro deputados renunciaram antes da abertura dos processos: José Borba (PMDB-PR), Paulo Rocha (PT-PA), Valdemar Costa Neto (PL-SP) e Carlos Rodrigues (PL-RJ). No bojo da crise do mensalão, foram consideradas improcedentes sete representações por estarem relacionadas à disputa entre os partidos (caso dos quatro deputados do PTB candidatos nas eleições municipais, e dos deputados Ônix Lorenzoni e Zulaiê Cobra) e do deputado que falou ter visto uma mala de dinheiro no plenário (Francisco Gonçalves).

*** De 9/1/06 até 21/12/06 o Conselho abriu 71 representações, sendo 69 relacionadas à máfia das ambulâncias e duas relacionadas à intermediação de verbas em prefeituras flagradas em conversas telefônicas dos deputados Domiciano Cabral (PSDB-PB) e B Sá (PSB-PI) gravadas pela PF.